

JE

Jornal dos Economistas

Nº 356 Abril de 2019

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ



A ascensão da Ásia

Bruno De Conti, Isabela Nogueira, Elias Jabbour, Alexis Dantas, Carlos Eduardo Martins e Gilberto Maringoni debatem a ascensão econômica da Ásia. O eixo principal do dinamismo econômico mundial transferiu-se do Ocidente para o Oriente?

Fórum analisa política de segurança do Rio de Janeiro com base nos orçamentos

A ascensão da Ásia

Esta edição propõe a discussão da tese de que o eixo principal do dinamismo econômico mundial transferiu-se da América do Norte e Europa Ocidental para a Ásia, onde pontifica a China, ao lado de Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong e emergentes como Vietnã, Malásia, Tailândia etc., sem falar na Índia.

Bruno De Conti, da Unicamp, afirma que o Sul/Sudeste da Ásia, de uma região esquecida do mundo, tornou-se uma engrenagem importante da economia global, mas os EUA permanecem o “consumidor em última instância” do mundo. Ele ressalta as mudanças nas políticas internas da China e a Nova Rota da Seda, maior plano de investimento em infraestrutura da história da humanidade.

Isabela Nogueira, da UFRJ, aponta que, para além do crescimento do PIB, a economia chinesa produziu em 40 anos três milagres: mudança estrutural continuada com subida nas cadeias globais de valor, autonomia na relação com o capital externo e brutal redução da pobreza. Essa trajetória de desenvolvimento exitosa deve-se à expansão financeira sem financeirização, participação das empresas estatais e agricultura familiar.

Elias Jabbour e Alexis Dantas, da Uerj, comparam as experiências de *catching up* do Japão e Coreia do Sul com o caso da China, que retirou da linha de pobreza 840 milhões de pessoas em 40 anos. Eles ressaltam que a alternativa chinesa surge sob o estímulo do socialismo de mercado.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, destaca que a China busca a transição para uma economia de serviços e indústria de alta tecnologia e prioriza a energia limpa, a redução das desigualdades, a saúde e o bem-estar e a defesa militar de sua soberania e de seus interesses globais, no lugar do eixo dinâmico da economia baseado nas exportações para os EUA.

Gilberto Maringoni, da Universidade Federal do ABC, analisa as relações internacionais no governo Bolsonaro. O enfraquecimento do Mercosul, a perda de protagonismo junto aos Brics e o papel cada vez mais irrelevante na cena mundial formam as linhas mestras da política externa de um país em acelerado processo de reprimarização produtiva.

O Fórum analisa a política de segurança do Rio de Janeiro com base nos orçamentos de 2012 a 2019 e especificamente a subfunção “Inteligência e Informação”. Os dados são comparados com os dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Sumário

Ascensão da Ásia.....	3
<i>Bruno De Conti</i>	
Ásia e o centro de gravidade da economia global	
Ascensão da Ásia.....	5
<i>Isabela Nogueira</i>	
O milagre chinês em três atos	
Ascensão da Ásia.....	7
<i>Elias Jabbour e Alexis Dantas</i>	
A alternativa/estratégia socializante chinesa	
Ascensão da Ásia.....	9
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
Estados Unidos e China numa geopolítica global em transição	
Ascensão da Ásia.....	11
<i>Gilberto Maringoni</i>	
A Era Bolsonaro – Política externa e mundo do trabalho: mudança radical de rumos	
Fórum Popular do Orçamento	13
Segurança no Rio: inteligência x ostensividade	
Agenda de cursos.....	16
Balanco Patrimonial	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Ásia e o centro de gravidade da economia global

Bruno De Conti*

Acostumamo-nos a pensar na Europa e nos Estados Unidos (EUA) como as regiões mais ricas do mundo. No entanto, historiadores econômicos (por exemplo, Paul Bairoch) indicam que, até o início do século XVIII, China e Índia ocupavam esse posto. Foi apenas com a Revolução Industrial que a Inglaterra e, posteriormente, outros países da Europa continental e os Estados Unidos passaram por um desenvolvimento acelerado de suas forças produtivas, tornando-se os principais centros econômicos do mundo.

Essa nova fase do capitalismo global engendrou uma corrida imperialista entre essas nações industrializadas, destinada à busca por fontes de matérias-primas e, primordialmente, por acesso a mercados. Com isso, reforçaram-se os laços de dominação colonial (ou semicolonial) de alguns poucos

países centrais sobre quase todo o globo. Como consequência, as tradicionais manufaturas chinesas e indianas foram totalmente devastadas, ao longo do século XIX, pela invasão de produtos europeus (principalmente britânicos).

No século XX, EUA e Europa Ocidental consolidaram-se como os grandes centros da economia global, a despeito da – sob a sua perspectiva – incômoda disputa com a União Soviética (URSS). Na esteira dessas disputas, tornou-se conveniente, para essas potências ocidentais, que alguns países vizinhos à URSS desenvolvessem uma economia (capitalista, é claro) pujante, alinhando-se politicamente ao Ocidente. Assim, os EUA, depois de terem jogado bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de civis, decidem prestar “ajuda humanitária” ao Japão. A partir desse apoio, mas também de uma eficiente política industrial, o país

cresceu aceleradamente nas décadas que se seguiram, tornando-se a terceira economia do globo.

De forma análoga, depois de uma participação ativa na Guerra da Coreia, os EUA ofereceram um forte apoio para o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, importante para que o país iniciasse a escalada pela – usualmente inacessível – escada que conduz ao *status* de país desenvolvido, em um processo que muitos economistas chamam de “desenvolvimento a convite”.

Igualmente pelo vínculo político-econômico com o Ocidente, mas também por se beneficiarem do dinamismo regional gerado justamente pela economia japonesa, outros países asiáticos passaram a crescer com mais vigor a partir dos anos 1970, com destaque para Hong Kong, Cingapura e Taiwan. Juntos com a Coreia do Sul, esses países configuram o grupo dos chamados Tigres Asiáticos, que reúne economias que lograram um desenvolvimento econômico associado a um bem-sucedido processo de industrialização.

Na sequência, o desenvolvimento dos países supramencionados gerou ainda outra onda de irradiação de dinamismo para a região, sobretudo em função do deslocamento de partes da produção. Nesse processo, descrito como um Modelo de Gansos Voadores – no qual as aves que vêm à frente beneficiam aquelas que as seguem –, outros países asiáticos passaram a crescer de forma acelerada, com destaque para aqueles

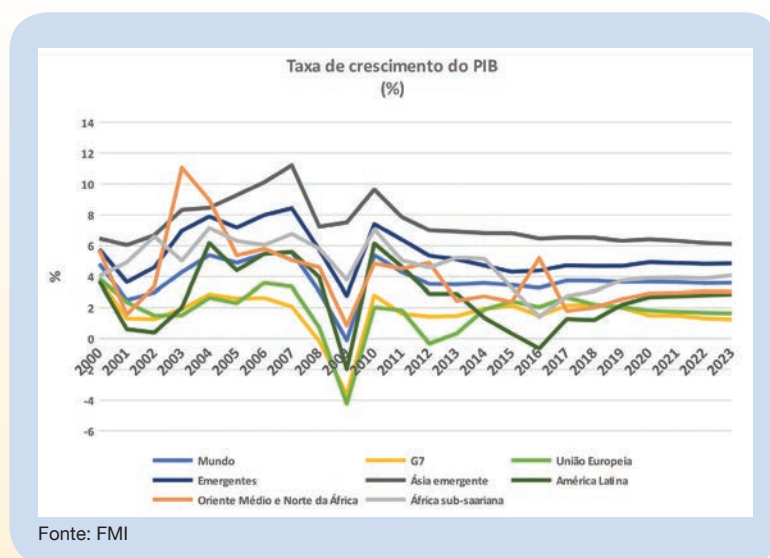


da ASEAN (Filipinas, Indonésia, Tailândia e Malásia).

Em paralelo, a China apresenta médias de crescimento econômico elevadas desde a Revolução, em 1949. Durante o governo Mao, o crescimento foi instável, mas criaram-se bases importantes para que, a partir das reformas de Deng, em 1978-9, o país apresentasse taxas de expansão econômica absolutamente extraordinárias.

Como resultado de todo esse processo, o grupo denominado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como *emerging and developing Asia* é aquele que mais cresce no mundo desde o início do século XXI. Como mostra o gráfico abaixo, houve apenas dois anos nos quais o crescimento dessa região foi superado (em 2003-4, por Oriente Médio e Norte da África).

É claro que esse valor é inflado pelas extraordinárias taxas de crescimento chinesas, mas não só, já que há inúmeros outros países da



região crescendo aceleradamente. Conforme dados do FMI, Índia, Indonésia, Filipinas, Cingapura, Vietnã, Sri Lanka, Laos, Bangladesh e Myanmar – além da China – apresentam, neste século, crescimento médio superior a 5% anuais. Se considerarmos uma taxa de crescimento médio superior a 3% anuais, agregam-se ainda Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia, Paquistão, Nepal e Tailândia. Extrapolando a análise para outras regiões da Ásia, que não apenas o sul e o sudeste do continente, seria necessário incluir ainda muitos dos países centro-asiáticos que pertenciam à URSS (e.g. Cazaquistão), além de alguns países do Oriente Médio.

A pergunta óbvia, sobretudo em um contexto em que o resto do mundo apresenta baixo dinamismo, é: de onde vem esse elevado crescimento do sudeste e sul asiático?

Em primeiro lugar, do próprio crescimento chinês. Ao contrário do Brasil, que tem superávits comerciais com seus vizinhos sul-americanos, a China habitualmente apresenta déficits comerciais com os países do sudeste asiático, o que significa que seu crescimento alavanca o crescimento regional.

Em segundo lugar, de uma reconfiguração da indústria global nas Cadeias Globais de Valor. Como aventado acima, houve nas últimas décadas um processo intenso de deslocamento de determinadas etapas da produção manufatureira para países nos quais os custos produtivos são mais baixos. Assim, os produtos que hoje inundam o comércio global não são mais exclusivamente “Made in China”, mas também “Made in Vietnam”, “Bangladesh” ou “Sri Lanka”.

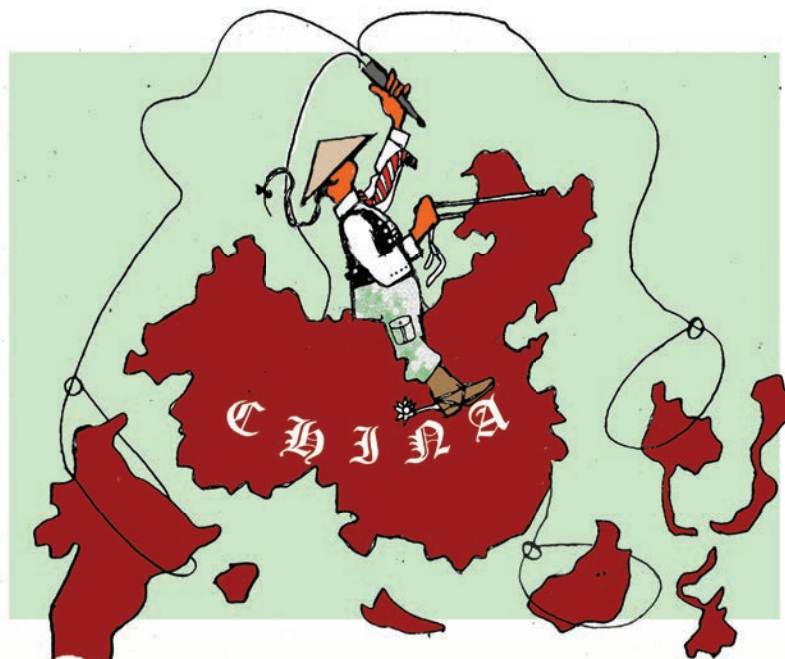
Em terceiro lugar, por um ce-

nário de elevadas taxas de investimento, fundamentais para a manutenção de um crescimento sustentado. Enquanto na Ásia emergente a relação entre investimento e PIB é superior a 40%, a média mundial é de pouco mais de 25%.

Discutidos os motivos principais para esse elevado crescimento, a outra pergunta importante é: esse alto dinamismo significa o bem-estar da população local? E a triste resposta é que não necessa-

aquelas de menor valor agregado e o mercado de trabalho é marcado por baixos salários, postos de trabalho precários, informalidade, superexploração e às vezes até trabalho em condições análogas à escravidão.

Ademais, reproduz-se nesses últimos países o problema clássico da periferia capitalista, qual seja, a especialização em determinado produto (ou, em tempos atuais, em determinadas etapas do processo produtivo), mas com ne-



riamente. Nos países que primeiro surfaram nessa onda industrializante – Japão e os Tigres Asiáticos – as condições materiais de vida são hoje boas para a maioria da população. Na China, notam-se elevações dos salários médios e alguns avanços sociais conjugados com todas as – inúmeras e profundas – contradições criadas pelo avanço de uma economia de mercado. Nos demais países aqui discutidos, o quadro é bem menos animador, já que as etapas produtivas a eles direcionadas são

cessidade extrema de importações, sobretudo de bens com maior conteúdo tecnológico – e, portanto, maior valor agregado. Não por acaso, o maior dinamismo econômico faz que essa região seja também aquela com as maiores taxas de crescimento das importações – sobretudo nos últimos anos.

Ou seja, o crescimento econômico desses países e sua estrutura produtiva integrada a outras economias faz que essa região gere importante demanda para o restante do mundo. De uma re-

gião esquecida do mundo, ela tornou-se, em algumas décadas, uma engrenagem importante da economia global, seja pelo lado da oferta, seja pelo lado da demanda. O que não pode, no entanto, levar a uma conclusão precipitada de que essa região se constituiu, atualmente, como o motor da economia global, já que os EUA continuam sendo o “consumidor em última instância” da economia mundial.

De toda maneira, é muito claro o intuito do governo chinês de mudar essa realidade, seja por meio de suas políticas internas, seja daquelas externas. A iniciativa chinesa da “Nova Rota da Seda” tem objetivos variados, mas não há dúvidas de que o maior deles é trazer o centro de gravidade da economia global de volta para a Eurásia. Tido por alguns analistas como o maior plano de investimento em infraestrutura da história da humanidade, ele passa pela construção de ferrovias, rodovias, oleodutos e portos que conectam Ásia, África e Europa, já envolvendo mais de 70 países e com gastos estimados em US\$ 1 trilhão.

Isso nos leva à pergunta final do artigo, ainda impossível de se responder: passados alguns séculos, o eixo econômico do globo voltará à Eurásia? O dinamismo asiático é evidente. As ambições chinesas são claras. Mas as reações dos EUA de Trump, da Alemanha e de outros países centrais são igualmente evidentes. As tensões aumentam. Não só econômica, mas também geopoliticamente, os tempos duros estão só começando.

* É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) e do Centro de Estudos Brasil-China (CEBC) da mesma universidade.

O milagre chinês em três atos

Isabela Nogueira*

No final do ano passado, a China completou 40 anos das reformas que inauguraram o que suas lideranças chamam de socialismo de mercado com características chinesas. Foi um trajeto extraordinariamente rápido “de volta ao centro” e que levou o país a se tornar a segunda maior economia do mundo, disputando a liderança tecnológica em diversos segmentos e retirando mais de 800 milhões de pessoas de baixo da linha da pobreza. As mudanças na dinâmica de acumulação de capital em escala global, com o estabelecimento das cadeias globais de valor e a liberalização financeira no Ocidente, tiveram papel crucial no rápido ganho de poder econômico e político da China. Mas elas não explicam tudo.

Afinal, a China não se tornou uma mera maquiladora mexicana, e conseguiu evitar ficar presa às etapas de baixo valor agregado na produção de manufaturas baratas consumidas mundo afora, como é a regra para a maioria dos países que se inserem nas cadeias na condição periférica. A China também nunca se pareceu com uma refém das multinacionais estadunidenses, europeias ou japonesas, e rompeu completamente com as formas atuais de porosidade econômica e dependência. E, por fim, o país cresceu muito, e muito rápido, com níveis de desigualdade bem moderados para os padrões da acumulação capitalista. O perfil da distribuição da China é hoje comparável aos países desenvolvidos: pior do que a Europa Ocidental e o Japão, mas mais igua-

litário do que os Estados Unidos e abissalmente distante dos níveis alarmantes dos demais BRICS (gráfico 1).

Para muito além das taxas de crescimento do PIB, esses são os três milagres da economia chinesa dos últimos 40 anos: mudança estrutural continuada com subida nas cadeias globais de valor, autonomia na relação com o capital externo, e brutal redução da pobreza, com desigualdade moderada em comparações internacionais. Que políticas permitiram à China se distanciar da trajetória dos demais países periféricos? Ou quais características do regime de acumulação levaram a tal trajetória de desenvolvimento até aqui exitosa?

Expansão financeira sem financeirização

O primeiro pilar do regime de acumulação essencial para esse êxito foi o processo de expansão financeira sem financeirização. Ao contrário da financeirização que se tornou determinante no



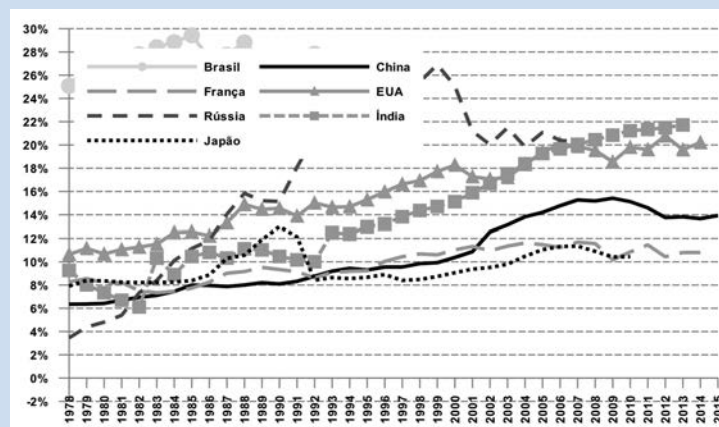
Ocidente, a expansão financeira chinesa não deslocou as empresas produtivas de suas atividades originais, e a influência financeira (inclusive externa) não tem sido determinante para a condução da política econômica nacional chinesa. O peso dos ganhos não-operacionais não é grande a ponto de determinar decisões de investimento e consumo e, portanto, o crescimento econômico. Da mesma forma, a expansão financeira

chinesa não veio para compensar a queda dos salários na renda nacional através do endividamento das famílias – e, portanto, para garantir o consumo mesmo sem folha de pagamento, como nos Estados Unidos e na periferia da Europa. Finalmente, a expansão financeira na China não afetou a autonomia das políticas macroeconômicas, como no caso do Brasil, onde o crescente poder político dos mercados financeiros e elites relacionadas lhes deu o controle sobre o aparato estatal.

O massivo e estrito controle de capitais e a predominância dos bancos estatais são características do sistema financeiro chinês que garantiram sua expansão sem a financeirização da acumulação que acabamos de esboçar. Devido às rigorosas regulamentações sobre fluxos de capital transfronteiriços mantidas pelo Estado, a especulação de curto prazo é fortemente restrita. Tal sistema extensivo de controles de capitais e taxas de juros administradas e baixas facilitou os empréstimos e evitou pressões ascendentes sobre a taxa de câmbio. Ele vem acompanhado de um enorme aparato de bancos comerciais estatais (responsáveis por 80% do crédito nacional) e de três bancos de desenvolvimento que atendem às necessidades de financiamento de longo prazo.

Isso não quer dizer que a economia chinesa não tenha passado por uma rápida expansão da atividade financeira nas últimas décadas. A expansão financeira com características chinesas mobilizou e canalizou recursos domésticos através do sistema financeiro para gigantescas iniciativas de infraestrut-

Gráfico 1 – Fatia do topo 1% na renda nacional (1978-2015)



Fonte: World Wealth & Income Database (WID.world).

tura e urbanização. E, ao mesmo tempo, abriu canais para a penetração do capital privado doméstico nos circuitos financeiros e especulativos, o que está na causa da atual bolha imobiliária. No entanto, a expansão chinesa ocorreu com uma limitação intensa nas conexões do sistema financeiro doméstico com os atores internacionais.

No sistema financeiro chinês, temos uma mistura de Schumpeter com Minsky na forma de um Estado empresarial robusto. É um Estado que combina duas funções: a de prestador de última instância e de investidor de ponta. Tendo os bancos sob seu controle, o Estado chinês pôde elaborar e financiar políticas industriais, inovações tecnológicas e infraestrutura. É um sistema revigorado de intermediação financeira: formado por grandes bancos controlados pelo Estado, intimamente ligados à indústria, e orientados para financiar o processo de desenvolvimento.

Grande fatia da propriedade estatal na acumulação

Tal dinâmica só é possível em função do segundo pilar do regime de acumulação chinês: a grande participação das empresas estatais na economia, o que garante a capacidade do Estado de conduzir políticas de desenvolvimento industrial, tecnológico e regional. A participação da propriedade pública na China, em 2015, seguia em torno de 30%, um nível que parece ter se estabilizado desde meados de 2000. Nos Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e Grã-Bretanha, o Estado possuía entre 15% e 25% da riqueza nacional em meados da década de 1970, ao final da era de ouro do capitalismo.

As empresas estatais têm sido fundamentais não apenas na definição do ritmo e direção da acumulação de capital como grandes investidores em ferrovias, portos,

oleodutos, linhas de telecomunicações, geração e transmissão de energia, mas também no desenvolvimento de tecnologias de fronteira em termos globais. O papel da propriedade estatal para um sistema nacional de inovação bem-sucedido ficou bem claro no caso da tecnologia ferroviária de alta velocidade. A China deixou de ser um país importador de tecnologia em trens de alta velocidade até 2004 para se tornar líder no mercado mundial a partir de 2011. Isso foi possível devido: i. a uma política industrial baseada na antecipação da enorme demanda doméstica; ii. ao amplo financiamento controlado pelos agentes financeiros estatais; iii. à influência de empresas estatais e oligopolistas de grande escala como transportadoras imediatas; e iv. aos acordos de transferência de tecnologia garantidos pelo governo nacional ao negociar com empresas transnacionais.

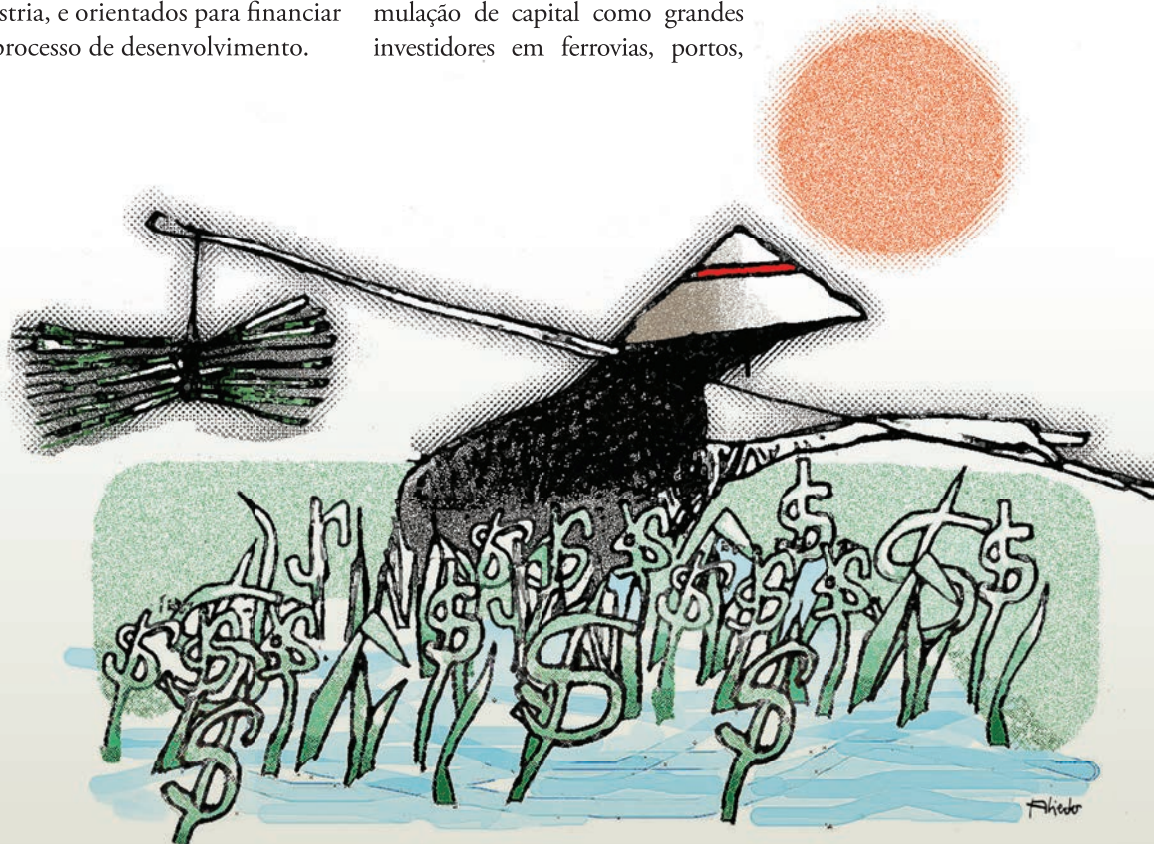
A questão agrária

As enormes transformações nos últimos 40 anos não se restringem às zonas urbanas. A economia política agrária da China – abrangendo a estrutura de propriedade da terra, formação de classes, intervenções estatais e a dinâmica atual de crescente capitalização da agricultura – assumiu formas muito diferentes de outros países periféricos desde que as reformas começaram. O sucesso da China em comparação com Índia ou América Latina em termos da questão agrária esteve em evitar a formação de uma massa de população rural sem-terra ou miserável no campo. Em vez disso, a agricultura chinesa foi estabelecida em torno da pequena escala e da agricultura familiar, com compras públicas para assegurar demanda e controle permanente de preços.

O sucesso é incontestável, e a China, mesmo com uma das menores áreas agricultáveis per capita do mundo, alcançou autossuficiência em arroz, trigo e milho. O caso chinês desafia o discurso de modernização agrária de que somente a agricultura em larga escala é eficiente. A produtividade total dos fatores agrícolas cresceu a uma média de 2,86% ao ano, entre 1978 e 2013, o que representa mais de três vezes a média global de 0,95%.

Em resumo: pegue o exemplo da China, vire do avesso, e você chegará a muitas das políticas que orientam o Brasil de hoje.

* É professora do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi) da UFRJ. Coordenadora do LabChina (Laboratório de Pesquisas em Economia Política da China).



A alternativa/estratégia socializante chinesa

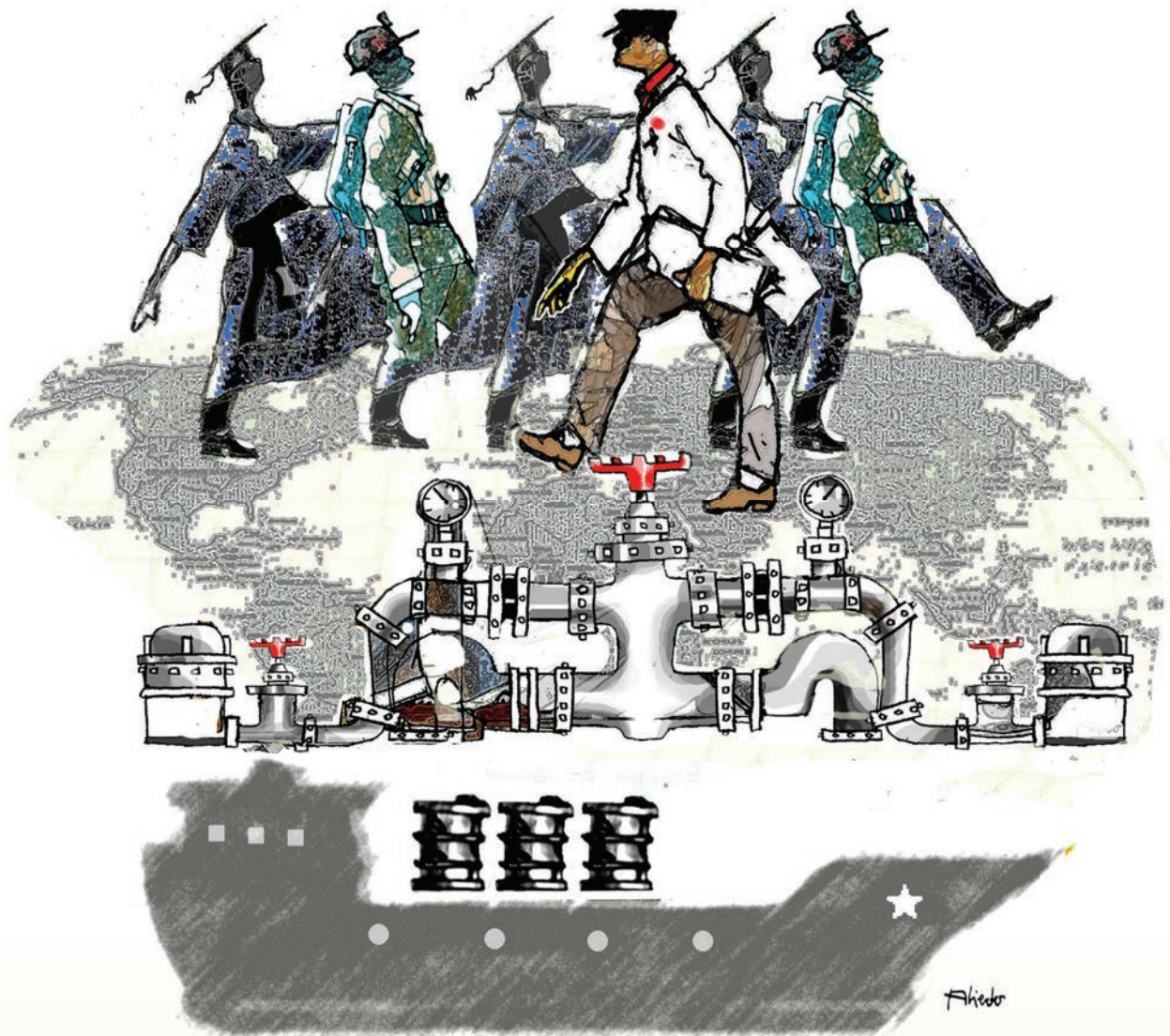
Elias Jabbour*

Alexis Dantas**

O fenômeno do surgimento dos chamados *latecomers*, notadamente, as experiências de *catching up* no Leste Asiático do pós-Segunda Guerra Mundial, colocou em evidência noções/categorias como desenvolvimentismo e Estado Desenvolvimentista, sendo o último elaborado por Chalmers Johnson em seu estudo clássico sobre o Japão lançado em 1982¹. Alice Amsden² aponta na direção da experiência coreana, encetando tal como o “próximo gigante”. Outros autores, fora e dentro do Brasil, produziram ótimos estudos sobre o tema.

Apesar do frenesi pelo “modelo” japonês e de seus congêneres do Leste Asiático, poucas considerações foram levadas em conta acerca dos limites destas dinâmicas de desenvolvimento, a começar pelo limite político e geopolítico, notadamente o fato de tais processos terem ocorrido, em grande medida, sob o patrocínio norte-americano e em países ocupados militarmente. A Endaka japonesa de 1985 e o reenquadramento coreano no final da década de 1990 fizeram dissipar determinadas ilusões. O que não significa que em tais países instituições de tipo desenvolvimentista deixaram de existir. Ao contrário, continuam sendo casos (os únicos) bem-sucedidos de *catching up* do século XX.

Atenção semelhante tem sido reservada ao caso chinês. Não à toa. O processo de desenvolvimento econômico chinês é um dos fenômenos mais impressionantes do mundo em que vivemos, em fun-



ção tanto da longevidade quanto no seu alcance interno e externo: o crescimento médio do PIB nos últimos 40 anos foi de 9,5% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita no período passou de US\$ 250 em 1980 para US\$ 8.800 em 2018. Por detrás deste processo, há de se destacar a alta relação investimento/PIB (acima dos 40% desde a década de 2000), suas imensas reservas cambiais (US\$ 3,08 trilhões em janeiro último) e enor-

me volume de comércio externo (35,9% do PIB).

É na história por detrás destes dados que reside tanto a formação, na China, de uma “tripla condição” de potência comercial, industrial e financeira, quanto a privilegiada posição política e geopolítica de maior credora líquida do mundo e comandante em chefe do maior projeto de integração física da história da humanidade. Lançada em 2013, a Iniciativa

“Um Cinturão, Uma Rota”, atualmente sintetiza o alcance e a capacidade chinesa de se fazer presente nos quatro cantos do planeta via investimentos de trilhões de dólares em infraestruturas que já envolvia, no final de 2017, mais de 70 países, 65% da população do mundo e 40% do PIB mundial.

Não obstante, apesar da reação norte-americana a esta iniciativa – muito clara em tentativas de desestabilização de países envolvidos no projeto, além da própria China – ao que tudo indica o país está disposto, sob o acicate deste projeto, a lançar as vigas mestras da proposta chinesa de construir “um mundo de desenvolvimento compartilhado”. Algo em clara oposição a noções reacionárias de “destino manifesto” e as famigeradas “guerras humanitárias” patrocinadas por Washington.

Voltando à China, dados apontam que, entre 1978 e 2018, os chineses foram responsáveis pela retirada da linha da pobreza de 840 milhões de pessoas. Para o centenário de fundação do Partido Comunista da China, em 2021, o plano é zerar a extrema pobreza no país. Um feito que deveria ser visto de forma estratégica, dada a tendência de o capitalismo, via substituição do trabalho vivo por trabalho morto ao mesmo tempo em que cria uma camada de centenas de milhões de “indesejáveis,” alimentar alternativas autoritárias e fascizantes à sua própria decadência.

Internamente, programas internos de conexão econômica estão se ampliando, com dois fenômenos já tratados por nós em oportunidades anteriores sendo provados: a relação entre o surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica com avanço na especialização e a elevação do grau de divisão social do trabalho. Por exemplo, em 2018 um Programa de Desenvolvimento do Cinturão do Rio Yang-Tsé foi lançado, com investimentos da ordem de US\$ 500 bilhões em dez anos pelo China Development Bank.

A “guerra comercial” declarada por Trump é, em essência, voltada contra a possibilidade real de a China alcançar não somente autonomia tecnológica completa, mas também o “estado da arte” em matéria de sofisticação tecnológica (com a famosa plataforma 5G, domínio amplo do Big Data). Trata-se de investimentos de bilhões de dólares no desenvolvimento de mecanismos de inteligência artificial capazes de abrir mais relevo e possibilidades de planificação econômica e social jamais sonhadas pela primeira leva de cientistas da Gosplan soviética ou do MITI japonês.

Qual a alternativa? De onde ela vem? Qual seu *modus operandi*? O exposto até aqui sugere que a busca do capitalismo por alternativas à já insolúvel (nos novos marcos tecnológicos) contradição entre forças produtivas e re-

lações de produção tem passado pela elevação do grau de policiação da sociedade e da dispensa via encarceramento dos chamados “indesejáveis”. Por outro lado, o socialismo também gesta não somente sua reinvenção, mas uma real alternativa.

Esta alternativa em construção e desenvolvimento não abre mão de um sistema político próprio e peculiar nascido nos marcos da Revolução Nacional e Popular de 1949. Desde 1978, partindo das bases lançadas pela industrialização pesada, investimentos maciços em saúde e educação – e a soberania política e militar que faltou às experiências japonesa e coreana – o mundo se estatela diante de uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento baseado na fusão entre mais de uma centena de conglomerados empresariais e estatais com toda uma complexa e sofisticada rede de financiamento de longo prazo e em todos os níveis, do nacional ao subnacional (províncias e capitais de províncias).

Desde as reformas econômicas forma cíclica o papel do Estado vem ganhando papel qualitativo. Desde investidor (via sistema financeiro estatal) e executor (via conglomerados estatais) em primeira instância, passando pela formação de instituições que transformam o Estado também em um gerenciador tanto de grandes políticas fiscais como de políticas de socialização do investimento. A fetiche da lei das vantagens comparativas não somente foi suplantada pelo meio de uma revolução (1949). A formação de um *policy space* capaz de proteger a política monetária das frequentes crises financeiras que acometem o mundo passou pela transformação do comércio exterior em bem público,

planificado e de Estado.

Ao lado do crescente aumento qualitativo do poder do Estado sobre a economia, percebe-se que a estrutura de propriedade chinesa ainda é muito diferente de outras partes do mundo. Esse processo reflete-se diretamente em um aumento contínuo, desde a segunda metade da década de 1990, do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional: de 13,5% do PIB em 1996 a 37,3% em 2015³. A construção dessa alternativa não prescinde da necessidade de superação de profundas contradições surgidas ao longo do processo e que podem colocar em questão a própria experiência. Referimo-nos a questões relacionadas à concentração de renda, elevado papel do investimento em detrimento do consumo e da explosiva questão ambiental.

Do dito, ainda insistimos em afirmar que essa alternativa surge sob o acicate do socialismo de mercado. Não mais como uma mera abstração. E sim, já como uma nova e distinta formação econômico-social.

* É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Uerj (PPGCE-FCE-Uerj).

** É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Uerj (PPGCE-FCE-UERJ), coordenador do Núcleo de Estudo das Américas e diretor em exercício da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj.

1 JOHNSON, C. *Miti and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy: 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press, 1982.

2 AMSDEN, A. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.

3 NAUGHTON, B. Is China Socialist? *Journal of Economic Perspectives*, (31) 1, pp. 3-24, 2017.



Estados Unidos e China numa geopolítica global em transição

Carlos Eduardo Martins*

Desde os anos 1970 se iniciou uma longa trajetória de decadência dos Estados Unidos na economia mundial, que Giovanni Arrighi teorizou como a fase B dos ciclos sistêmicos, quando analisou a formação e as estruturas do capitalismo histórico e vislumbrou a ascensão e queda das hegemonias ibérico-genovesa, holandesa e britânica e estadunidense. As hegemonias sobre a economia mundial e os Estados estão na base dos processos de organização e crise desse sistema.

Em nosso livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, integramos o esquema analítico de Arrighi numa articulação complexa, que aproxima Marx de Braudel para propor três temporalidades de longa duração, que impulsionam a conjuntura contemporânea e suas contradições: a revolução científico-técnica, os ciclos sistêmicos e os ciclos de Kondratiev. A revolução científico-técnica se mundializou desde os anos 1970, a partir dos países centrais, em particular os Estados Unidos, e substituiu progressivamente o trabalho manual pelo intelectual, transformando a ciência e o conhecimento na principal força produtiva. Ao converter-se na principal força produtiva, a ciência transforma o aumento do valor da força de trabalho no principal fundamento da produtividade e o processo de educação e de aprendizagem em potencialmente infinitos.

Nesse contexto, inicia-se um processo histórico de longa duração, colocando em crise a mais-valia relativa que associa a produtividade à desvalorização da força de trabalho. Os movimentos de protesto de 1968 foram a expressão do esgotamento do fordismo e da eclosão das pressões sociais para a quebrar a divisão do trabalho que separa o trabalho manual do intelectual e o submete a uma hierarquia autocrática e despótica. Décadas de pleno emprego levaram a uma forte organização sindical e dos movimentos sociais e a demandas para redistribuição do excedente, que pressionaram negativamente a taxa de lucro. Os estudantes reivindicaram uma universidade de massa voltada para a socialização do conhecimento e não para reproduzir uma aristocracia a serviço do capital. Diante desse impasse histórico, o capitalismo keynesiano associado ao pleno emprego entrou em crise nos países centrais. O FED adotou a taxa de inflação como objetivo ao lado do emprego e criou o conceito de taxa de desemprego não aceleradora da inflação, que passou a ser a sua meta. Buscou-se no neoliberalismo outro arranjo organizacional para recuperar a taxa de lucro e relançar o vigor da acumulação capitalista. Entretanto, as taxas de lucro e a rentabilidade foram elevadas e o neoliberalismo impulsionou o declínio do capitalismo anglo-saxão e europeu.

Na origem do declínio dos Estados Unidos e do noroeste europeu está a luta contra organi-

zação da classe trabalhadora, impulsionada pelas novas forças produtivas. Não havia nenhuma ameaça à hegemonia destes centros no plano interestatal nos anos 1970. O neoliberalismo deslocou parcialmente o circuito do capital, do produtivo para o financeiro, mediante o estabelecimento de uma dívida pública que funcionou para gerar capital fictício, e por meio da deslocalização da produção, por onde se buscou explorar uma força de trabalho mais barata que produzisse para os mercados mundiais através das novas tecnologias. O resultado foi a elevação do desemprego nos países centrais, em particular na União Europeia, e o nivelamento para baixo dos salários, sobretudo nos Estados Unidos, que usaram a Costa Leste da China e o México como plataformas de exportação. Ambos os processos implicam na superexploração da força de trabalho, paga por baixo de seu valor, como teorizou Ruy Mauro Marini, elevam a taxa de mais-valia e a taxa de lucro, mas diminuem a taxa de investimento, o crescimento econômico, a dinâmica do progresso técnico e conduzem ao parasitismo.

Até 1994 este processo foi bem-sucedido, conduzindo a um ciclo de financeirização, gerador de uma nova *belle époque* que se expressou na percepção de que a riqueza fictícia poderia se autonomizar definitivamente do mundo real. Não faltaram teses sobre a era do império unipolar que se seguiria à derrocada da URSS e do Les-



te europeu. Entretanto, suas bases eram frágeis, e se corroíam rapidamente no mesmo momento em que se as proclamava. De 1979-1994, a sobrevalorização do dólar impulsionou a elevação da renda per capita dos Estados Unidos de 417% para 458% da média da economia mundial e a das moedas do noroeste da Europa e da Itália de 306% para 329%. Entretanto, a entrada da economia mundial na fase expansiva de um novo ciclo de Kondratiev limitou o alcance das estratégias e políticas de financeirização, que foram desafiadas pela elevação dos níveis de competitividade do mundo material, uma vez que a produção generalizada de mercadorias que caracteriza o capitalismo se constitui pela unidade contraditória de valor de uso e valor de troca.

A onda de inovações tecnológicas gerada a partir dos anos 1970 (e aprofundada nos anos 1980) combinou-se com altera-

ções geopolíticas nas relações entre capital e trabalho e impulsionou a elevação das taxas de lucro, o que permitiu estabelecer a nova fase do ciclo expansivo. Se entre 1974-93, o PIB per capita cresceu 1,2% a.a, entre 1994-2010 se expandiu em 2,4% a.a, aproximando-se da era de ouro do capitalismo, quando se expandiu 2,9% a.a, entre 1950-73. A taxa de lucro nos Estados Unidos saltou de 1991-94, mas para esse processo se mundializar foi necessária a entrada em cena de um país socialista como forte ator global. Se a URSS foi fundamental para viabilizar a saída do caos sistêmico dos anos 1940 para a hegemonia dos Estados Unidos, a China foi crucial para generalizar o novo Kondratiev expansivo, impulsionando o crescimento na América Latina e na África.

A escala e o alcance de atuação da China são mais vastos e potentes. Aproveitando-se da exigência dos Estados Unidos de valorizar o iene e o marco para diminuir o seu déficit comercial, a China desvalorizou sua moeda a partir de 1994, estabeleceu paridade fixa com o dólar e ocupou grande parte do mercado interno estadunidense. Para isso, tirou partido da revolução industrial socialista, que criou um padrão de acumulação intensivo em força de trabalho com baixa despossessão, muito mais adequado à revolução científico-técnica; da descentralização administrativa estabelecida na era Deng Xiaoping, que forjou as chamadas *towership and village enterprises* como resposta às pressões da revolução cultural, impulsionando a industrialização rural através de pequenas e médias empresas com enorme eficiência; de uma política de industrialização pesada

controlada pelo Estado em setores como telecomunicações, construção civil, petróleo e gás, aviação civil, geração e distribuição de energia; e de uma política de *joint-ventures* que impôs transferência de tecnologia a partir da forte presença estatal nos conselhos decisórios, na participação acionária, no controle do crédito e nos encadeamentos tecnológicos em setores como P&D, tecnologias da informação, automóveis, maquinarias, química e exploração geológica. O êxito deste processo atraiu o capital da diáspora chinesa em Taiwan e posteriormente o capital estadunidense e europeu. No processo de expansão da China, as relações entre Oriente e Ocidente se inverteram e é ela quem vem fazendo o convite ao desenvolvimento.

De 1978-1986, o PIB chinês saltou de 5,1% a 7,2% do PIB mundial, iniciando a reversão da longa queda de 1830-1950, alcançando, em 2008, 17,5%, e continuando a crescer. O impacto desse processo sobre os Estados Unidos e as potências europeias tem sido impressionante. O déficit comercial e a dívida pública estadunidense cresceram aceleradamente. O primeiro salto de 0,6% em 1991 a 5,6% em 2006, e a segunda de 33%, em 1979, para 62%, em 2006, ultrapassando os 100% após a crise de 2008. O dólar se desvalorizou e os Estados Unidos e os países europeus tiveram que arrefecer as suas políticas de moeda forte. Embora tenha se reduzido após a crise, sobretudo pela transformação dos Estados Unidos em grande produtor de petróleo e derivados, o déficit comercial voltou a crescer e atingiu o seu recorde em valores absolutos em 2018, apesar do protecionismo de Trump, concentrando-se em pro-

duto de alta tecnologia, sendo a China o principal país superavitário. A renda per capita dos Estados Unidos caiu de 458% para 390% da média da economia mundial e a do noroeste da Europa e a Itália de 329% para 278%, ambas entre 1994-2010. A desigualdade se acelerou enormemente e a participação dos 10% mais ricos saltou nos Estados Unidos de 33,4% em 1970 para 47,9% em 2010 e na Europa de 27,6% a 37,4% entre 1979-2010. Com o desmonte do crescimento econômico, as políticas de contenção da pobreza demonstraram sua ineficiência e entrou em crise o centrismo liberal, atingindo os partidos de centro-esquerda e centro-direita, posicionando competitivamente o populismo de direita neofascista nas velhas potências imperialistas e suas periferias dependentes.

Diante desse cenário, a China vem mudando a sua estratégia de inserção internacional. Preocupada com a desigualdade acumulada durante o período em que as exportações para o mercado estadunidense foram o eixo dinâmico de sua economia e com a diminuição das suas taxas de crescimento, que pode revelá-la como uma questão explosiva capaz de mobilizar uma gigantesca classe trabalhadora de um país com tradições revolucionárias, o governo chinês deixou de expandir seu estoque de títulos da dívida pública dos Estados Unidos. Reorientou-se para o mercado interno e para o Sul Global, impulsionando os gastos sociais, a Iniciativa Cinturão, o projeto da Rota da Seda e o BRICS, aproximando-se da Rússia para garantir suprimentos de petróleo fora do campo de ação da marinha estadunidense, estabelecendo fortes relações comerciais, finan-

ceiras e diplomáticas com os países latino-americanos, em particular com aqueles considerados “malditos” pelos Estados Unidos, como Venezuela e Cuba. O 13º plano quinquenal e o *Made in China* buscam a transição para uma economia de serviços e uma indústria de alta tecnologia, priorizam a energia limpa, a redução das desigualdades, a saúde e o bem-estar, a defesa militar de sua soberania e de seus interesses globais, que se vinculam ao princípio da autodeterminação dos povos.

Acuados por esta expansão geopolítica que se materializou no BRICS e penetrou na América Latina, formando laços de cooperação internacionais, os Estados Unidos articularam-se com as oligarquias dependentes para impulsionar guerras híbridas que provocaram golpes de Estado, como os do Paraguai e Brasil, e uma onda neoconservadora como a que está vigorando na Argentina, Equador, Chile, Peru e Colômbia. Abandonaram a elegância da política de boa vizinhança e buscam retomar a teoria do *Destino Manifesto* através do *America First*, pelo qual pretendem se apropriar do que consideram ser o seu espaço vital, onde estão as maiores reservas de petróleo do planeta e as principais fontes de biodiversidade, para se relançarem na economia mundial. Todavia há importantes obstáculos: Rússia e China já não são apenas potências regionais, possuem somadas quase a metade do orçamento militar dos Estados Unidos, e os povos latino-americanos nada têm a ganhar com a imposição do imperialismo unilateral de Trump.

* É professor-associado do Irid/UFRJ e do Pepi/UFRJ

A Era Bolsonaro – Política externa e mundo do trabalho: mudança radical de rumos

Gilberto Maringoni*

É muito importante examinar as diretrizes do governo Jair Bolsonaro sob o ponto de vista das relações internacionais. Isso nos dá uma dimensão panorâmica de como o governo da coalizão Exército-milícias-financismo-fundamentalismo se conecta com os centros do poder mundial.

Após quase três anos de golpe e cinco da Operação Lava Jato, foram destruídos ou estão em processo de desnacionalização os setores de construção civil, estaleiros, carne e derivados, energia elétrica, petróleo e indústria de aviação. A isso se soma à virtual implosão do Mercosul e da Unasul, a redução do papel do Brasil nos BRICS, uma hostilidade crescente em relação à Venezuela e a recusa a uma integração regional pautada pelo desenvolvimento. O propósito último é redefinir o lugar do Brasil no mundo e devolvê-lo a um papel que se pensava superado há mais de um século.

Motivos por trás dos atos

O que é exatamente o lugar de um país no mundo? Significa o tipo de inserção perseguida na divisão internacional do trabalho, que ordem de produtos exporta e importa, como atua no comércio internacional, que investimento faz e quais busca atrair no exterior, quem são seus aliados etc. Ou seja, qual seu projeto de desenvolvimento e como se relaciona inter-

nacionalmente do ponto de vista da produção.

Bolsonaro define uma política externa sem paralelos em nossa História. Ela é muito mais subordinada às diretrizes do departamento de Estado dos Estados Unidos do que jamais foram as diretrizes de Eurico Gaspar Dutra (1946-50), Castello Branco (1964-67) ou Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Para além do fraseado vazio do combate ao “marxismo cultural” e a defesa do “Ocidente”, externados pelo bizarro chanceler Ernesto Araujo, há dois objetivos em tela.

O primeiro é se colocar como aliado incondicional de Washington em qualquer disputa internacional. É o caso da mudança da embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, na crescente animosidade com a Venezuela e dos atritos com a China.

O segundo se dá na esfera econômica. Trata-se de baixar exponencialmente o preço da força de trabalho. Esse é o centro da política interna e externa desde o golpe de 2016. A meta é tornar o Brasil atraente e barato para todo tipo de investimento, incluindo-se aí a privatização e a alienação de patrimônio público e de bens e recursos naturais.

A redução do custo do trabalho é vital para se aumentar a competitividade dos produtos exportáveis num mundo de concorrências predatórias e acirradas. A atração de investimentos produtivos se dá pela “vantagem comparativa” de se oferecerem salários mais baixos do que em outros países¹.

Acabar com direitos

Não é outro o sentido da reforma trabalhista – que implode a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), retira fontes de financiamentos de sindicatos e aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores. No mesmo caminho vão a pretendida reforma da Previdência, a reforma do ensino médio e a Emenda Constitucional 95, que congela o orçamento federal por 20 anos. Os serviços públicos representam custos indiretos do trabalho. Consubstancia-se o maior ataque feito à Constituição de 1988, e praticamente inviabilizam-se investimentos em educação, saúde, segurança, infraestrutura e demais áreas sociais.

Essa modalidade agressiva de *dumping* social não é exclusividade brasileira. Os pesquisadores Dragos Adascalietti e Clemente Pignatti Morano relatam que, entre 2008 e 2014, foram realizadas reformas trabalhistas em 110 países. O objetivo comum a todas é – repetindo – reduzir o custo do trabalho. A argumentação está no artigo *Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium*².

Como tal modelo não é aceito sem reação a partir de baixo, intensifica-se a repressão aos setores populares. A intervenção federal do Exército no Rio de Janeiro é a face visível dessa política de exceção que pode se transformar em norma da vida institucional.

A coalizão bolsonarista busca inserir o Brasil numa nova divisão internacional do trabalho: arro-





chando ainda mais salários e direitos e vendendo o país na bacia das almas. É de se perguntar porque isso acontece e que nova divisão internacional do trabalho é essa.

A nova revolução

No início do século XXI, o avanço da automação e da robótica nos processos produtivos, combinado com novas formas de gestão, impacta fortemente o nível de emprego e faz avançar a chamada Revolução 4.0 na indústria. Plantas fabris complexas – em especial de bens duráveis – apresentam altíssima produtividade e número decrescente de operários.

Essas características mudam substancialmente a geopolítica produtiva em termos planetários. As manufaturas com intenso uso de tecnologia tendem a sair da periferia e se concentrarem nos países centrais, pois o preço da mão de obra deixa de ser diferencial relevante. No caso brasileiro, os preços de energia e de telecomunicações – consequência das privatizações dos anos 1990 – elevam custos e não inibem a vinda de investimentos. A isso se soma à sobrevalorização cambial, que torna produtos aqui

fabricados relativamente mais caros no mercado externo. Mesmo pesadas isenções fiscais e financiamentos baratos não revertem a tendência desindustrializante observada ao longo das últimas três décadas.

A crise de 2008-09 aprofundou a competição entre países em busca de capitais, fontes de energia e mercados. Com os novos padrões produtivos, a fase de exportação de empresas para o Sul do mundo entra em declínio.

A atração de capitais para essas regiões vem se dando preferencialmente em setores extrativos – madeira e minérios –, empresas maquiladoras e de baixa produtividade e uso intensivo de força de trabalho, como têxteis, calçados, material esportivo e bens de baixo valor agregado. Completa o quadro o agronegócio, além de setores de serviços. O resultado acaba sendo a exportação de petróleo cru e minério em estado bruto, caminho adotado por duas empresas que já foram de ponta, a Petrobrás e a Vale.

Assim, a força de trabalho deve ser remunerada pelo menor preço possível e possuir mínimos direitos e gastos exíguos por parte do Estado em assistência e seguridade social. O

enorme contingente de trabalhadores no Sul – marcado por imensos exércitos industriais de reserva – força um nivelamento por baixo de salários. Daí a disseminação de reformas trabalhistas pelo mundo.

Derrota do desenvolvimento

A economia política de Bolsonaro representa a derrota do desenvolvimento e da industrialização, o que pode ser percebido pelas entrevistas de seu condutor da Economia, Paulo Guedes. A meta agora é buscar o investimento externo direto possível em um país que desistiu de um projeto nacional autônomo e soberano. O Brasil tende a competir com regiões marcadas por alta exploração e pouca proteção ao mundo do trabalho. Ou seja, com força laboral abundante, flexível e de baixa qualificação.

Assim, o país também pode prescindir de pesquisas em ciência, tecnologia e inovação, comprando pacotes do exterior e pagando *royalties* pelo que utilizar. Essa é a dimensão do retrocesso em andamento. Um país nessas condições não necessita realizar pesquisas em áreas de alta tecnologia. Fará isso

com que objetivo? Também não precisa de investigações nas áreas de desenvolvimento humano e social. Para que manter cursos de engenharia aeroespacial, petróleo, naval etc. se tudo virá de fora? Para que gastar com Universidades públicas, se a demanda será por mão de obra adestrada para atividades cada vez mais simples em indústrias de segunda linha?

O enfraquecimento e mudança de papel do Mercosul, a perda de protagonismo do país junto aos BRICS – em especial no que toca ao seu banco – e a destinação do Brasil a um papel cada vez mais irrelevante na cena mundial formam as linhas mestras da política externa um país em acelerado processo de reprimarização produtiva.

É uma política frágil, inconsistente e que realiza o feito de condenar um país que já foi a sétima economia do mundo em anos recentes a um papel para lá de secundário no cenário global.

* É professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC e autor, entre outros, de *A Venezuela que se inventa – Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2004) e *Simonsen-Gudin, A grande controvérsia do desenvolvimento, 1944-45* (IPEA, 2011)

1 Em fevereiro de 2017, o jornal *Valor* citava reportagem do *Financial Times* mostrando que a média dos salários no setor industrial brasileiro já era menor que a da China, que historicamente remunerava mal seus trabalhadores (<https://www.valor.com.br/internacional/4881644/salario-medio-da-industria-da-china-supera-o-do-brasil-e-do-mexico>)

2 ADASCALIETI, Dragos e MORANO, Clemente Pignatti Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium in *IZA Journal of Labor Policy*, Agosto de 2016. (<https://izajolp.springeropen.com/articles/10.1186/s40173-016-0071-z>) - Indicação de Clemente Ganz Lúcio

Segurança no Rio: inteligência x ostensividade

Com o fim da intervenção federal do Rio de Janeiro, encerrou-se a principal medida de segurança pública do governo anterior. O novo presidente anunciou um "pacote anticrime" que estimula a política do conflito e a repressão por parte dos agentes de segurança, ao facilitar a absolvição de policiais que matam em serviço. Por outro lado, pouco se ateu à melhora dos investimentos em inteligência na segurança.

Diante disso, analisamos a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) a partir dos dados orçamentários sobre segurança de 2012 a 2019 e, especificamente, sobre "Inteligência e Informação". Ademais, contrastamos com dados do Estado de São Paulo (ESP) e do Estado de Minas Gerais (EMG), a partir dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e do site Transparência Fiscal. Averiguamos, também, os valores e alguns indicadores da intervenção federal no ERJ, bem como o contexto de criação e os montantes previstos e realizados no Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED).

Todos os dados estão deflacionados segundo o IPCA-E de dezembro de 2018.

A Segurança no Rio: o que diz o orçamento?

Entre 2012 e 2018, o valor médio realizado para o orçamento de Segurança Pública foi de R\$ 11,01 bilhões, correspondente a 14% do orçamento médio do ERJ. Para fins comparativos, em 2018 a Segurança Pública foi a

função de segunda maior despesa, com valor realizado maior que o da Educação e quase duas vezes maior que o da Saúde. Desde 2012, houve um crescimento sucessivo da execução orçamentária, até apresentar redução de 2% e 8% em 2016 e 2017, respectivamente. A despeito dessa queda, o Gráfico 1 mostra que a previsão continuou em trajetória ascendente até 2017, quando foi reduzida em R\$ 1,21 bilhão no ano seguinte. Para o atual exercício, a previsão foi praticamente a mesma que em 2017, ano responsável pela maior cifra do período.

Na comparação entre o ESP, de MG e do RJ, o primeiro é o que mais gasta com segurança pública em termos absolutos, em média R\$ 21,74 bilhões – quase duas vezes o orçamento do ERJ. Contudo, em valores relativos ao orçamento total, São Paulo foi o que teve a menor despesa durante todo o período. Conforme apresentado pelo Gráfico 2, os três estados gastavam percentualmente quase o mesmo em 2012. Ao longo do período, entretanto, Rio e Minas aumentaram consideravelmente o peso da Segurança Pública nos seus orçamentos. Em 2018, ambas chegaram a valores próximos de 17%.

Inserida na função Segurança Pública, a subfunção "Inteligência e Informação" evidencia um considerável contraste entre o Rio e seus vizinhos. O valor médio realizado pelo ERJ entre 2012 e 2018 foi de R\$ 18,76 mil. Já em São Paulo chegou a R\$ 297,55 milhões, e em Minas, R\$ 83,30 milhões. O peso da "Inteligência e Informação" no orçamento da função Segurança Pública no Rio é ainda menos expressivo. Em todos os anos

do período foi menor que 0,01%. Nos outros Estados foi, em média, de 0,7% em Minas e 1,4% em São Paulo. É possível que, em parte, isso seja fruto de falta de transparência no governo fluminense, que não contabiliza corretamente as despesas, mas dificilmente isso explica tudo.

Por outro aspecto, observamos um declínio, a partir de 2014, nos gastos com investimento em segurança (Gráfico 3): naquele ano, R\$ 508 milhões foram executados com esse fim, enquanto em 2018, este valor foi de apenas R\$ 154 mi-

lhões. Conforme destaca o parecer do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre as Contas de Governo de 2017, a queda nos investimentos provoca uma "redução na capacidade operacional e na inteligência das forças de segurança do Estado".

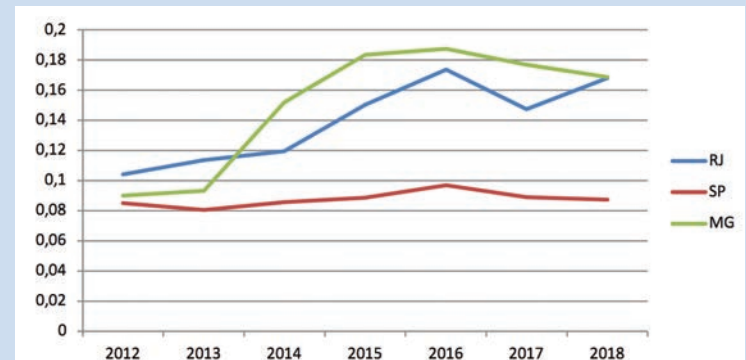
Essas informações levam a uma hipótese: o ERJ pouco investe em Inteligência e Tecnologia. Essa tese é corroborada pelos dados sobre elucidação de letalidade violenta. Em 2015, foi de 11%, mais de três vezes menor que em São Paulo¹. Por outro lado, a política de segurança pública do ERJ, baseada no

Gráfico 1 – Dotação Inicial e Realizado na Função Segurança Pública no ERJ (2012-2019)



Fonte: RREO do RJ entre 2012 e 2019.

Gráfico 2 – Peso da Função Segurança Pública no Orçamento Total de cada Estado (2012 - 2018)

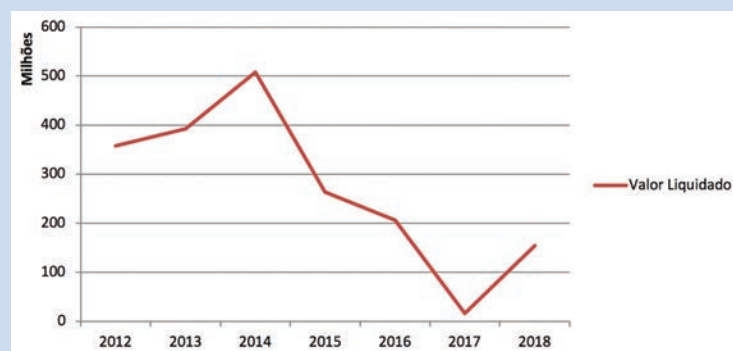


Fonte: RREO do RJ, SP e MG entre 2012 e 2018.

Quadro 1 – Despesa Realizada com Inteligência e Informação (em milhares)

Ano	MG	RJ	SP
2012	R\$ 103.070,21	R\$ 27,76	R\$ 224.932,54
2013	R\$ 103.011,81	R\$ 22,63	R\$ 310.682,01
2014	R\$ 128.271,18	R\$ 51,41	R\$ 359.995,09
2015	R\$ 129.013,20	R\$ 25,61	R\$ 387.017,91
2016	R\$ 45.647,08	R\$ -	R\$ 264.293,71
2017	R\$ 38.384,35	R\$ 2,59	R\$ 293.060,07
2018	R\$ 35.678,01	R\$ 1,28	R\$ 242.851,00
2019*	R\$ 12.330,90	R\$ 1,00	R\$ 354.275,00

Fonte: Relatórios da LRF de MG, RJ e SP.
* Previsão Orçamentária de 2019

Gráfico 3 – Valor realizado dos investimentos/inversões em Segurança Pública (2012-2018)

Fonte: Transparência Fiscal (ERJ)

conflito e na incursão de favelas, contribui para um alto número de tiroteios – 8.613² foram registrados desde o início da intervenção federal – e de mortes. Além disso, segundo relatório da própria Polícia Militar do ERJ, "foi mais arriscado estar na PMERJ nos últimos 23 anos do que servindo na FEB ou nas forças armadas norte-americanas em qualquer guerra do século XX, incluindo as I e II Guerras Mundiais"³

A taxa de homicídios dolosos no mesmo ano foi a maior entre as três unidades federativas: enquanto o Rio apresentou 30 homicídios dolosos a cada 100 mil habitantes, Minas teve 21 e São Paulo

11. No ano seguinte, o ERJ saltou para 38, enquanto EMG permaneceu constante e o ESP reduziu um ponto.⁴

Intervenção federal no ERJ: uma aposta no passado

Em fevereiro de 2018, foi instituída a intervenção federal no Rio, que relativizou a autonomia do Estado com o objetivo anunciado de amenizar a crise de violência urbana no território. Foram injetados R\$ 1,2 bilhão de recursos federais para a segurança pública do ERJ, entretanto, a um mês do fim da intervenção, o Gabinete da Interven-

ção Federal comprometeu⁵ apenas 39% desse orçamento. As despesas do último mês fizeram com que o Gabinete comprometesse 97% do valor inicial até 31 de dezembro; contudo, estas incluíram nove dispensas de licitação, o que demonstra falta de planejamento nos gastos. Destacando-se nessas dispensas está a aquisição de pistolas da empresa Glock, no valor de US\$10 milhões. Além disso, chama a atenção o valor total realizado pela intervenção, de menos de R\$ 130 milhões, ou seja, apenas 11% do valor comprometido. Isso resulta em mais de R\$ 1 bilhão como restos a pagar no orçamento da União de 2019.

Segundo o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, melhorias como a redução de quase 10% na letalidade violenta da capital em relação a 2017 foram contrabalançadas por um aumento de mais de 15% no interior do Estado. Já crimes como roubos e furtos, que influenciam fortemente a percepção de segurança da população, não tiveram uma redução expressiva. O indicador estratégico de roubos de rua no ERJ se manteve quase estável, com elevação de 1%, chegando a um aumento de 13% em territórios como a Grande Niterói. O maior sucesso da intervenção teria sido no combate aos roubos de carga, com redução de 17% no Estado e quase 30% na Capital. Porém, houve novamente um aumento no interior e em Niterói de 46,5% e 19%, respectivamente. Além disso, a estratégia de operações ostensivas adotada falhou em manter essa redução no último trimestre de 2018, quando ocorreram aumentos sucessivos do indicador, que superou o registrado no mesmo período do ano anterior.

Outro aspecto importante foi a alta histórica nas mortes decorrentes de intervenções policiais (Gráfico 5). No ano de 2018, houve 1.532 mortes efetuadas por agentes de segurança, valor recorde desde o começo desse levantamento pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Todas as regiões do Estado registraram aumento. Contudo, foi em regiões marginalizadas como a Baixada Fluminense e o interior que os números se mostraram mais expressivos: de fevereiro a dezembro de 2018, houve alta de 70% na Baixada e 82,5% no interior em comparação com o mesmo período de 2017, mais que o dobro do valor contabilizado para todo o Estado. Ademais, segundo o laboratório de dados Fogo Cruzado, aumentou em 166% o número de vítimas de chacinas nos primeiros oito meses de 2018, em contraste com os mesmos meses do ano anterior. Mais da metade dos 47 casos registrados nesse período ocorreram durante operações das forças de segurança, como ações no complexo do Alemão, da Penha e da Maré.

Fundo Estadual de Segurança (FISED)

No contexto da intervenção federal no ERJ foi criado o FISED, o primeiro fundo constitucional de segurança do país. Sua criação foi justificada pela necessidade de se garantir recursos para a segurança, tendo em vista a crise financeira que o ERJ enfrenta nos últimos anos. Esses recursos são provenientes da arrecadação de royalties do pré-sal, e representam 10% dos recursos previamente destinados ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), o que precariza a situação do ERJ

em eventuais acidentes ambientais. Houve, inclusive, controvérsia na Assembleia Legislativa do ERJ sobre esse desvio do FE-CAM, devido ao seu importante papel na prevenção de complicações decorrentes das chuvas fortes de fevereiro na cidade do Rio.

Em 2018, o FISED teve dotação autorizada de R\$ 320 milhões e valor realizado de R\$ 124 milhões. Contudo, na lei estava previsto valor disponível de R\$ 250 milhões, inicialmente, e R\$ 288 milhões, posteriormente. Portanto, o valor realizado correspondeu a apenas 43% do último valor previsto na lei e 38% da dotação autorizada, o que diminui a eficácia do fundo no seu objetivo de melhorar a situação da segurança no Estado. Em 2019, possui dotação atual de R\$ 435 milhões e nada realizado até o momento.

Considerações Finais

Ao investigarmos o orçamento de segurança pública do ERJ em conjunto com seus indicadores sociais, percebemos que a velha aposta em uma política de puro enfrentamento não só é ineficaz no que tange aos seus objetivos, mas também intensifica a violência. Em oposição a esta escolha ostensiva e imediatista, verificamos que a estratégia que privilegia uma formação de qualidade para os policiais e o investimento em inteligência e tecnologia seria mais adequada para o combate à criminalidade.

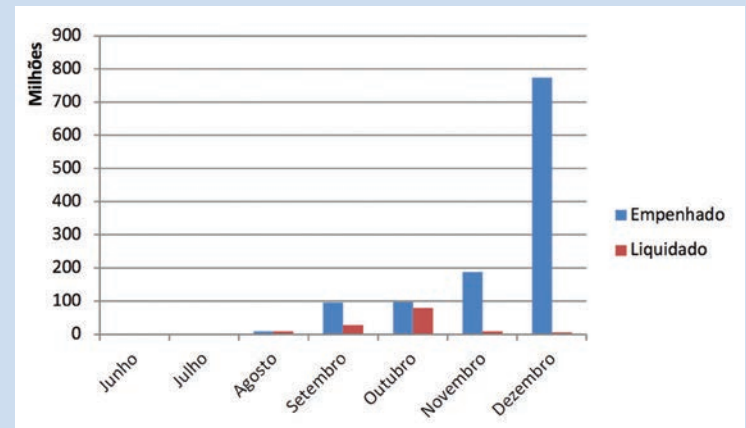
Segundo o relatório *Você matou meu filho*, da Anistia Internacional, a Polícia Militar do Rio

abusa do instituto legal da legítima defesa para aplicar a força letal de forma desnecessária e excessiva. A intervenção federal, em vez de remediar, aprofundou este cenário já marcado por frequentes violações de direitos. Nesse sentido, os dados retratados evidenciaram uma maior preocupação com a defesa do patrimônio, em detrimento da vida.

Ante a multiplicação dos discursos políticos e midiáticos em favor da violência policial, e tendo em vista o pacote federal anticrime, que provavelmente agravará o presente cenário, é preciso perguntar: quem é o grande alvo deste antigo e fracassado projeto de segurança pública? As estatísticas não deixam dúvidas: de acordo com o Atlas da Violência⁶, em 2016, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no ERJ foi de 36,4. Se considerarmos apenas homens jovens, esta taxa sobe para 87,7. Por outro lado, no mesmo ano, a taxa de homicídios de pessoas pretas e pardas foi de 47,6, enquanto a de brancos, amarelos e indígenas foi de 20,5. Estes dados espelham a realidade de toda a década anterior (2006-2016), o que reforça a urgência de uma mudança de posicionamento do poder estatal. Com efeito, embora o estereótipo de bandido esteja vinculado à figura de jovens negros favelados, é significativo o fato de que a maior apreensão de fuzis da história do Rio esteja conectada a um homem branco morador de condomínio de luxo na Barra da Tijuca, acusado pelo assassinato da leitora Marielle Franco.

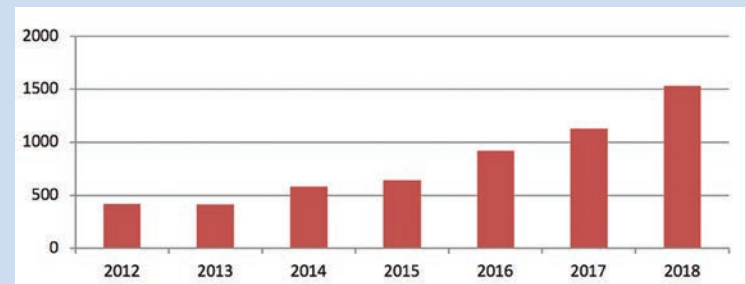
Sob outra perspectiva, não podemos pensar sobre o tema se-

Gráfico 4 – Evolução do orçamento empenhado da ação decorrente da Intervenção Federal no RJ



Fonte: SIGA Brasil

Gráfico 5 – Mortes por intervenção de policiais no ERJ:



Fonte: ISP-RJ

gurança sem levar em conta sua inseparável correlação com os problemas sociais e econômicos. Reduzir o debate a uma questão de polícia dificulta sobremaneira a compreensão das causas da violência: a extrema desigualdade, associada a uma tradição policial militarista e pautada pelo racismo e pela repressão, os quais, por sua vez, são incentivados pela guerra às drogas. Dessa forma, são imprescindíveis a mudança na orientação política a respeito da criminalização das drogas e a formulação de

políticas públicas que visem à melhoria do acesso à educação, saúde, moradia, entre outros direitos fundamentais para o desenvolvimento humano.

1 Instituto Sou da Paz.

2 Fogo Cruzado. referência incompleta.

3 *A Guerra Urbana do RJ e seus efeitos*. Disponível no site: <http://www.pmerj.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/A-Guerra-Urbana-do-RJ-e-seus-efeitos-na-PMERJ-1.pdf>

4 Anuário Brasileiro de Segurança Pública referência incompleta.

5 O termo técnico é empenhado.

6 Ipea, 2018.

Agenda de cursos



Economia brasileira

2/4 a 6/8/2019
Carga horária: 60 horas
18h30 às 21h30 | terças e alguns sábados
Professor Gilberto Carvalho

Planejamento econômico avançado: a teoria e a prática de elaboração de cenários prospectivos aplicada à economia brasileira

3/7 a 14/8/2019
Carga horária: 21 horas
18h45 às 21h45 | quartas
Professor Thiago Moraes

Perícia econômica

18/6 a 19/11/2019
Carga horária: 69 horas
18h30 às 21h30 | terças
Professor Roque Dircêo Licks

Perícia 2019

18/06 a 26/11/2019
Máximo 20 alunos
3ª feiras | 69 horas
18h30 às 21h30



Curso direcionado exclusivamente a economista ou bacharel em Economia

Prof. Roque Licks
Economista, Contador e Perito.
Mais de 500 laudos emitidos
na Justiça do Estado do RJ.

Pré-requisito: Matemática
Financeira, conhecimento
básico de excel e internet.

Informações
Secretaria de Cursos
cursos@corecon-rj.org.br | 21 2103 - 0118
www.corecon-rj.org.br/agendados
Av. Rio Branco 109 116 andar



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/17	JAN A DEZ/18	REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/17	JAN A DEZ/18
ATIVO FINANCEIRO	6.588.177,09	5.970.086,04	PASSIVO FINANCEIRO	15.137,59	40.274,56
DISPONÍVEL	55.211,80	145.379,86	RESTOS A PAGAR	9.156,07	10.033,90
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	6.465.177,76	5.730.129,01	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	49,90	29.356,96
REALIZÁVEL	25.638,68	52.694,59	CONSIGNAÇÕES	-	139,74
RESULTADO PENDENTE	42.148,85	41.882,58	CREDORES DA ENTIDADE	-	-
ATIVO PERMANENTE	26.593.581,87	26.188.918,40	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	5.931,62	743,96
BENS PATRIMONIAIS	1.761.188,69	1.786.315,37	RESULTADO PENDENTE	247.462,72	260.815,93
VALORES	55.752,77	54.883,16			
CRÉDITOS	24.776.640,41	24.347.719,87	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	32.919.158,65	31.857.913,95
TOTAL GERAL	33.181.758,96	32.159.004,44	TOTAL GERAL	33.181.758,96	32.159.004,44

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÁÇÕES	
	JAN A DEZ/17	JAN A DEZ/18		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	4.142.591,10	3.981.672,93	ANUIDADES	(160.918,17)	-3,9
PATRIMONIAL	829.237,54	(61.713,05)	PATRIMONIAL	(890.950,59)	-107,4
SERVIÇOS	111.697,49	103.837,22	SERVIÇOS	(7.860,27)	-7,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-			
MULTAS E JUROS DE MORA	11.975,63	50.591,02	MULTAS E JUROS DE MORA	38.615,39	-
DÍVIDA ATIVA	824.628,75	1.010.290,48	DÍVIDA ATIVA	185.661,73	22,5
DIVERSAS	282.583,48	303.467,31	DIVERSAS	20.883,83	7,4
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	RECEITAS DE CAPITAL	-	-
TOTAL GERAL	6.202.713,99	5.388.145,91	TOTAL GERAL	(814.568,08)	-13,1
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	4.879.710,24	4.927.734,90	DE CUSTEIO	48.024,66	1,0
PESSOAL	2.551.502,97	2.698.526,95	PESSOAL	147.023,98	5,8
MATERIAL DE CONSUMO	51.750,17	52.133,17	MATERIAL DE CONSUMO	383,00	0,7
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	2.276.457,10	2.177.074,78	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(99.382,32)	-4,4
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.069.777,95	1.081.421,24	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.643,29	1,1
DESPESAS DE CAPITAL	70.003,22	35.571,00	DESPESAS DE CAPITAL	(34.432,22)	-49,2
TOTAL GERAL	6.019.491,41	6.044.727,14	TOTAL GERAL	25.235,73	0,4

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção "atualização cadastral" (na barra superior).
- 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0131.
- 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.